

Palácio Tiradentes: que história escrever, que passado lembrar?

Márcio Romão*

Resumo: Nosso objetivo é analisar como uma peculiar história republicana foi escrita através de uma série de representações artísticas presentes no Palácio Tiradentes. Mais do que um projeto arquitetônico, a construção do Palácio Tiradentes é um projeto de consolidação dos ideais republicanos que devem ser lembrados. Porém, algo deve ser esquecido. Que história escrever, que passado lembrar, então? Situamos nosso estudo na relação entre patrimônio e história, para demonstrar como se configuram os usos políticos do passado.

Palavras chaves: História – Memória– Patrimônio

Abstract: Our goal is to analyze how a peculiar Republican history was written through a series of artistic performances present in the Tiradentes Palace. More than one design, the construction of the Palace Tiradentes is a project of consolidation of Republican ideals that must be remembered. However, something must be forgotten. Which history should be written, which past should be remembered? Our study fix into the relationship between patrimony and history, to demonstrate how some political uses of the past are created.

.Key-Words: History – Memory – Patrimony

A epígrafe deste trabalho não poderia ser outra. Ela foi retirada do livro comemorativo *Palácio Tiradentes: lugar de memória do parlamento brasileiro*. Este livro tem por intenção celebrar os 75 anos do Palácio Tiradentes e marcar o início de uma exposição permanente aberta ao público, que leva o mesmo nome do livro. Tal nome nos faz lembrar, imediatamente, de Pierre Nora e de sua obra *Les lieux de mémoire*. Bastante disseminada, a expressão “lugar de memória” possui, hoje, inúmeros sentidos diferentes dos que foram pretendidos, originalmente, por Nora. O senso comum apropriou-se desta expressão e, hoje, podemos dizer que ela é um jargão político eficiente. De acordo com Armelle Enders, “a expressão ‘lugar de memória’ tornou-se uma figura do discurso político, um argumento turístico, enfim, um lugar comum”. (ENDERS, 1993: 128-137)

O Palácio Tiradentes, portanto, além de ser o lugar de memória do parlamento brasileiro é também um espaço onde a história “está mais presente do que em outros”, como afirmou Sérgio Cabral, então presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Frases como essa são formuladas a partir da idéia de que certos acontecimentos conferem determinado valor histórico a um local. Sempre que se faz um breve panorama histórico do Palácio Tiradentes se destacam os importantes personagens que por ali desfilaram, como Getúlio Vargas, Luís Carlos Prestes, Juscelino Kubitschek, dentre outros, e

* Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

o fato de ele ter sido “palco” de relevantes acontecimentos da nossa história recente, como as Assembléias Constituintes de 1933-34 e 1946. É como se estas personagens e acontecimentos conferissem uma determinada importância histórica ao Palácio Tiradentes.

Também podemos identificar na frase de Sérgio Cabral a velha idéia de que a história nada mais é do que um reflexo ou uma consequência dos grandes acontecimentos políticos. Por essa razão, o Palácio Tiradentes é um “prédio com muita história para contar”.

O objetivo deste trabalho é estudar alguns aspectos do processo de construção do Palácio Tiradentes. Por trás da narrativa simples dos parágrafos anteriores, que dão a impressão de que o Palácio foi construído de maneira óbvia e imediata, interessantes disputas políticas de usos do passado podem ser identificadas. Que história contar a partir da arquitetura do Palácio Tiradentes? Que heróis lembrar? Que heróis criar? Que passado esquecer? Em face destas interrogações, o que representa o Palácio Tiradentes, hoje, após seu tombamento realizado em 1992? Para tentar responder estas questões e outras mais, baseamos nossa análise, fundamentalmente, no *Livro do Centenário — volume especial*¹ e no *Estudo para Tombamento do Palácio Tiradentes* pelo Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural².

O *Livro do Centenário* foi publicado, primeiramente, em 1926, ano de inauguração do Palácio Tiradentes e de comemoração do centenário da Câmara dos Deputados. Editado em três tomos, o *Livro do Centenário* é composto de várias teses escritas por diferentes deputados sobre diversos temas, como educação, saúde, transportes, etc. O tomo sobre o qual nossas análises estão concentradas possui apenas duas teses e é chamado de volume especial, pois trata exclusivamente do então recém inaugurado Palácio Tiradentes.

A primeira tese é de autoria do deputado Arnolfo Rodrigues de Azevedo e se chama “Memória histórica e descritiva do novo palácio da Câmara dos Deputados”. Trata-se de um interessante texto, em que Arnolfo de Azevedo, então presidente da Câmara, traça um histórico do processo de construção do Palácio.

Já a segunda tese foi escrita por J.M. Goulart de Andrade e recebeu o título “O novo palácio da Câmara dos Deputados”. Nesta tese, o autor tece comentários sobre o aspecto arquitetônico e artístico do Palácio Tiradentes.

Através da leitura crítica do *Livro do Centenário*, podemos identificar, principalmente no texto de Arnolfo de Azevedo, várias querelas em torno da construção do Palácio

¹ Ver *Livro do Centenário — volume especial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: ALERJ, 1992

² No dia 20 de agosto de 1992, o prefeito do Rio de Janeiro, Marcello Alencar, tombou provisoriamente, por meio de um decreto, o Palácio Tiradentes. O tombamento realizado pelo IBPC, órgão que precedeu o IPHAN, só seria oficialmente concluído em 16/02/1993, quando o ministro da cultura, Antonio Houaiss, assinou a portaria de número 18.

Tiradentes. Isso atende ao nosso primeiro objetivo. Já o nosso segundo objetivo concentra-se mais no estudo do processo de tombamento do Palácio e na relação que se pode estabelecer entre ele e a história nacional que se desejou representar, quando da construção do Palácio. Em outras palavras, tentaremos mostrar que representação de passado prevaleceu nas justificativas para o tombamento, ou ainda que concepção de patrimônio norteia o processo de tombamento, identificando, assim, o que poderíamos chamar de ritualizações contemporâneas do tempo.

Sendo assim, nosso estudo pretende se inserir na conflituosa relação entre história e patrimônio, “[...] não para prestar unicamente informações factuais acerca dos tempos passados”, como observou Afonso Carlos Marques dos Santos, “mas para pensar criticamente, a partir do presente, as múltiplas dimensões da construção do passado”.(SANTOS, 2007:) Portanto, partimos de problemas do presente, onde um determinado passado parece natural e cristalizado no (e como) patrimônio cultural, para nos indagarmos como este passado foi construído e representado em determinado lugar — no nosso caso, o Palácio Tiradentes.

Trata-se de uma perspectiva mais audaciosa para o ofício do historiador, uma perspectiva que exigiria torná-lo epistemólogo fundamental da área de patrimônio cultural, deixando de ser mero apêndice do trabalho de arquitetos e demais profissionais da memória histórica ou cultural. (SANTOS, 2007)

A construção do Palácio Tiradentes é, sem dúvida, um interessante episódio da história republicana brasileira. E mais interessante fica este episódio se atentarmos para o duplo sentido que a palavra construção tem em nossa reflexão, pois, ao mesmo tempo em que se constrói um palácio, constrói-se também um passado, que deve servir de exemplo para o presente.

Com a construção do Palácio Tiradentes, que ocorreu entre 1922 e 1926, também temos os ideais republicanos querendo se afirmar na modernidade. Inicialmente, podemos destacar o fato de a construção do Palácio ter sido realizada no mesmo lugar onde antes ficava a Cadeia Velha. O simbolismo é forte e a escolha do local, obviamente, foi proposital. Assim, a nova Câmara dos Deputados seria erguida em um sítio já considerado histórico pelos republicanos, pois ali Joaquim José da Silva Xavier permanecera antes de morrer. É se aproveitando deste fato que Arnolfo de Azevedo solicita, em carta oficial de 1923, ajuda

financeira às demais unidades da federação para a execução das obras de um verdadeiro monumento nacional.

Esse Palácio ergue-se no mesmo local em que trabalhou a antiga Assembléia Legislativa e onde foi a denominada Cadeia Velha, prisão de Tiradentes, o martyr das idéias democráticas e liberaes, guardando-se, nessa preferência, todo um thesouro de tradições gloriosas de nossa nacionalidade [...] (AZEVEDO, 1992, p. 26).

Percebemos, portanto, nas palavras de Arnolfo de Azevedo, a exaltação de um passado nacional, que se faz presente em determinado local. Sendo assim, é interessante atentarmos para o fato de que, antes mesmo de ser construído, o Palácio Tiradentes já estava envolto da glória nacional. Isso fica mais claro se observamos as diretrizes que Azevedo dá para a construção de uma estátua de Tiradentes.

A estatua do Tiradentes devia represental-o no momento, em que, vestido com a túnica dos condemnados à morte, ia ser conduzido ao patíbulo; à expressão physionomica não se daria o cunho da humildade dos arrependidos, mas um traço forte da altivez e fortaleza de animo dos que recebem a morte como um diadema dos vencedores, como um sacrificio necessário à realização mais certa e mais segura dos ideaes de independência de uma grande nação que surgia. (AZEVEDO, 1992: 44).

Apesar de bem conhecida, de uma maneira geral, a ação republicana de mitificar Tiradentes parece ter atingido o seu objetivo. De fato, no imaginário popular, tal como este é concebido por José Murilo, a figura do Tiradentes cabeludo e barbudo, pronto para o sacrifício em prol da independência, é a que prevalece.

Na figura de Tiradentes todos podiam identificar-se, ele operava a uniadde mística dos cidadãos, o sentimento de participação, de união em torno de um ideal, fosse ele a liberdade, a independência ou a república. Era o totem cívico. Não antagonizava ninguém, não dividia as pessoas e as classes sociais, não dividia o país, não separava o presente do passado nem do futuro. Pelo contrário, ligava a república à independência e a projetava para o ideal de crescente liberdade futura. A liberdade ainda que tardia. (CARVALHO, 1990: 68))

Monumentos, como a estátua feita por Francisco de Andrade, reforçam esta idéia no dia-a-dia corrido do Centro do Rio e, de certa forma, desempenham um papel moral e pedagógico, que, para Jean-Pierre Babelon e André Chastel³, estão na origem da noção moderna de patrimônio.

³ Ver BABELON, Jean-Pierre. CHASTEL, André. *La notion de patrimoine*. Paris: Liana Levi, 1994, p. 60.

Nos primeiros meses de 1924, com as obras em fase adiantada e após ter sido instalado um imenso vitral, que representa o céu no dia 15 de novembro, no ponto mais alto da cúpula do Palácio, decidiu-se que, ao redor da mesma, seriam colocados painéis que contassem os momentos mais importantes da história brasileira.

“Foram sugeridas varias maneiras de se realizar esse pensamento, ora por uns, ora por outros, tornando-se embaraçosa a escolha dos assumptos e sua conveniente distribuição por quatro ou por oito faces do octógono recurvo, que forma a grande cupola” (AZEVEDO, 1992: 45), escreveu Arnolfo de Azevedo.

Para resolver o impasse sobre que história deveria ser representada nas pinturas, Arnolfo de Azevedo consultou Affonso d’Escragnolle Taunay, então diretor do Museu Paulista. Oito telas deveriam ser pintadas. Quatro grandes e quatro pequenas, correspondendo aos oito lados do octógono. Taunay, em carta* endereçada a Arnolfo de Azevedo, expõem quais seriam os episódios ideais de serem representados:

Na carta de V. Exa. Leio que V. Exa. Deseja ver pintada sob a cupola do novo edificio, abaixo do grande vitral, nas quatro partes mais largas de um octógono recurvo, quatro episódios, ou factos hitoricos, que sejam, a bem dizer, os quatro pontos cardeaes da Historia do Brasil. Lembra V. Exa. ‘O Descobrimto, a Independência, a Maioridade e a República, ou quatro outros marcos como estes notáveis da vida política do paiz’. Os quatro primeiros assuntos parecem-me excelentes, embora pense que a Maioridade não esteja bem equilibrada em relação aos demais três [...]. Que pensa V. Exa. Se os quatro painéis se reportassem à constituição do território? Poderiam ser o Descobrimto, a repulsa dos estrangeiros, as bandeiras e a posse da Amazônia. [...] Quatro scenas parlamentares iriam muito bem a meu ver. A V. Exa. repugna recordar as leis de 28 de Setembro e 13 de Maio, como me disse, embora se prestassem para excellentes assumptos pictoreos, relembando os mais vivos e brilhantes debates do parlamento imperial. Compreendo perfeitamente a delicadeza de sentimento que V.Exa. inspira estes dictames; acho-a comtudo um pouco excessiva. Attenda V. Exa. à seguinte consideração: se com effeito da instituição servil decorrem mil motivos de manchas para os nossos annaes, o modo pelo qual desapareceu do Brasil é o mais honroso para a brandura de nossos sentimentos e o altruísmo de nosso povo. Eliminadas as referencias aos debates provocados pela questão servil, ainda poderíamos achar quatro episódios da história parlamentar brasileira a serem representados [...].

Taunay prossegue com sua carta, apontando quais seriam os outros episódios da vida parlamentar que poderiam ser lembrados. No entanto, para nossa análise, basta que nos detenhamos na parte que citamos da carta de Taunay. Como vimos, o impasse sobre que passado lembrar no plenário do Palácio Tiradentes gerou interessantes divergências de opinião. Para Arnolfo de Azevedo, a história do parlamento brasileiro não deveria se

* A carta foi reproduzida na íntegra por Arnolfo de Azevedo no *Livro do Centenário*. Ver *Livro do Centenário — volume especial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: ALERJ, 1992

relacionar a nada que rememorasse a escravidão. Nem mesmo o argumento de Taunay, para que fossem representadas a lei do ventre livre e a lei áurea, surtiu efeito. Das sugestões dadas por ele, somente a de fazer uma série de painéis sobre a integração do território nacional foi aceita. As demais foram recusadas. Apesar de não haver uma menção explícita à escravidão, em uma das pinturas podemos ver a Princesa Isabel com alguns negros aos seus pés. É de se supor que sejam ex-escravos reverenciando ela, o que reforçaria a idéia de princesa redentora. Sobre isso, nenhuma das duas teses do *Livro do Centenário* fala. Pode ser que esta seja a única referência à escravidão.

Além de Affonso E. Taunay, Washington Luiz também foi consultado sobre a questão dos painéis. Depois disso, ficou acertado que as quatro telas maiores representariam a formação política nacional e as menores, como já dissemos, a integração territorial.

As pinturas* maiores se iniciam com Anchieta catequizando os indígenas, o que marca a chegada da civilização. Em seguida, temos a representação dos tempos coloniais, com Tomé de Souza observando a construção de um engenho. A terceira tela é sobre o período monárquico; nela estão José Bonifácio, D. Pedro I, D. Pedro II, Princesa Isabel, dentre outros. Por fim, temos a proclamação da República, com Prudente de Moraes assinando a constituição, Deodoro, Floriano e outros mais.

Os painéis menores representam a chegada de Cabral, a expulsão dos holandeses, as expedições de entradas e bandeiras, e a consolidação das fronteiras com o Barão do Rio Branco mostrando a Plácido de Castro as terras que seriam anexadas pelo Brasil.

A história contada na cúpula do Palácio Tiradentes, é, portanto, uma história teleológica, em que tudo parece se encaminhar para a apoteose republicana. É interessante percebermos que até a forma circular em que estão dispostas as pinturas conferem um aspecto de coesão, unidade e completude aos eventos que são narrados. A intenção, ali, é mostrar a nação brasileira sendo construída política e territorialmente até atingir sua configuração ideal com o advento da República.

Depois do que vimos até aqui, podemos nos perguntar: no que resultou o esforço de se fazer do Palácio Tiradentes um monumento nacional, uma ode à República? Que passado ele representa? Que história e que memória são evocadas a partir desta representação? Tais perguntas serão o fio do condutor da próxima parte deste trabalho, em que analisaremos brevemente o processo de tombamento do Palácio Tiradentes, que é composto de pareceres de

* Vários artistas trabalharam na construção do Palácio Tiradentes. As pinturas na cúpula foram realizadas pelos irmãos Chambelland. Além deles, podemos destacar Timóteo da Costa, Eliseu Visconti, Carlos Oswaldo, Fiúza Guimarães e o já citado Francisco de Andrade.

arquitetos, historiadores, advogados, museólogos e jornalistas. Profissionais de várias áreas reuniram-se, portanto, para validar e justificar o tombamento do Palácio. Nesse sentido, podemos dizer que os estudos que regem um processo de tombamento buscam atualizar o passado no presente através da preservação do patrimônio. A atitude patrimonial, de acordo com Dominique Poulot, “compreende dois aspectos fundamentais: a assimilação do passado, que é sempre transformação, metamorfose de traços e de restos, recriação anacrônica, e a relação de fundamental estranhamento que mantém, simultaneamente, toda a presença de testemunhos do que passou na atualidade”. (POULOT, 2006:05)

Essa atualização do passado no presente, no caso do Palácio Tiradentes, ficou a cargo, como dissemos, de diferentes áreas do saber acadêmico. Dessa reunião de diferentes saberes, o primeiro ponto que devemos destacar é a tentativa de se criar um discurso coeso sobre o passado do Palácio Tiradentes, para que o mesmo tivesse sua importância afirmada e valorizada no presente. Através da diversidade, então, o que se busca é uma unidade de idéias, que dão a impressão de completude, de um conhecimento absoluto sobre o Palácio Tiradentes que não poderia ser negado. Tal ilusão de unidade discursiva se dá sempre através da afirmação dos “sentimentos nacionais”, ilustrados, por exemplo na conclusão geral do processo de tombamento.

*Entendemos que o Tombamento do Palácio Tiradentes deverá ser homologado definitivamente a nível federal, para que erros constituam uma advertência, ou ensinamento aos brasileiros, capacitando-os cada vez mais em não admitir em hipótese alguma viver em regime de ilegalidade e submissão.
O Palácio Tiradentes encerra o sentimento nacionalista e capta o absoluto e verdadeiro motivo de honra: a nação brasileira.⁴*

Além do tom politizado⁵ desta conclusão, o que chama a atenção é a idéia de que o Palácio Tiradentes “encerra” em si mesmo os sentimentos nacionais brasileiros. Tal concepção é a que prevalece, de um modo geral, em todos os estudos. No jurídico, por exemplo, escrito pelo advogado Jocelino Alves Cabral, podemos ler que o Palácio Tiradentes “simboliza a conquista dos nacionais no campo das liberdades, da democracia, da afirmação da soberania nacional, e o perfeito enquadramento legal de seus destinos”.

⁴ Ver “Tombamento do Palácio Tiradentes – parecer final”. 6ª Coordenação Regional – IBPC, 1992.

⁵ Os pareceres, assim como a conclusão geral, não estão datados, porém sabemos, através do parecer final do IBPC, que os estudos foram entregues em setembro de 1992. Isso explica o tom politizado da conclusão, pois, no mesmo mês, foi aberto o processo no congresso de impeachment, que retiraria Fernando Collor da presidência do Brasil.

É muito forte, como podemos ver, a idéia de símbolo e representação dos aspectos nacionais através do patrimônio. É como se o Palácio Tiradentes fosse um receptáculo da memória nacional republicana.

De acordo com o historiador Afonso Carlos Marques dos Santos, a “noção de patrimônio remete [...] para a revisão permanente dos sentidos do passado” (SANTOS, 2007). Percebemos que no processo de tombamento do Palácio Tiradentes tal noção não foi levada em consideração. Ao contrário, no tombamento do Tiradentes, os sentidos do passado parecem ter sido reafirmados tal como foram concebidos pelos republicanos da década de 20 do século.

Hoje, conforme foi tombado, o Palácio Tiradentes representa a afirmação de uma história política nacional e republicana. Como demonstramos, ele guardaria em si o genuíno valor republicano, o verdadeiro passado de uma grande nação. Desconstruir a história, desnaturalizá-la, desmitificá-la ainda são atos muito caros aos preservadores do patrimônio cultural. A história, então, cristaliza-se como algo natural e o patrimônio parece não passar de uma representação do nacional.

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Arnolfo Rodrigues de. GOULART, J. M. *Livro do Centenário — volume especial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: ALERJ, 1992.
- BABELON, Jean-Pierre. CHASTEL, André. *La notion de patrimoine*. Paris: Liana Levi, 1994.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- ENDERS, Armelle. “Les lieux de Mémoire, dez anos depois”. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. Vol. 6, n.11, p. 128-137, 1993.
- NORA, Pierre. *Les lieux de Mémoire*. Paris: Gallimard, 7 vols, 1984-1992.
- Palácio Tiradentes: lugar de memória do parlamento brasileiro*. Rio de Janeiro: ALERJ, 2001.
- POULOT, Dominique. *Une histoire du patrimoine en Occident, XVIII – XXI siècle: Du monument aux valeurs* – Paris: Presses Universitaires de France, 2006
- SANTOS, A. C. M. “Memória, História e Patrimônio Cultural: notas para um debate”. In: *A invenção do Brasil — ensaios de história e cultura*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007.